Revista Perspectivas Sociais
ISSN 2317-7438
DOI:

Resenha

Filosofia para a saúde pública e políticas públicas

*Daniel da Rosa Eslabão**

WILSON, James. **Philosophy for Public Health and Public Policy**: beyond the neglectful state. Oxford: Oxford University Press, 2021.

James Wilson é professor do departamento de filosofia da Universidade Global de Londres, na qual atuou recentemente como vice-reitor para a interdisciplinaridade na Faculdade de Letras e como um dos diretores do Centro de Humanidades em Saúde. A obra *Philosophy for Public Health and Public Policy: beyond the neglectful state* (Wilson, 2021) se constitui em uma das produções acadêmicas mais recentes a abordar questões relacionadas à potencial contribuição da filosofia para pensar as questões éticas aplicadas ao campo da saúde pública. Devido à atualidade do tema em um contexto recente de pandemia global, este estudo se faz relevante, atual e abrangente.

O autor reflete sobre os conflitos de interesse entre os setores públicos e econômicos em oposição à necessidade de conciliação aos direitos individuais. De modo geral, a obra destaca como a filosofia pode contribuir para este debate, suscitando temas que poderiam passar despercebidos no trabalho da ciência. De maneira específica, discorre acerca das interações entre modelos abstratos e situações reais. As mudanças de comportamento social causadas pelo corrente quadro de saúde global aumentaram a percepção de que outras transformações de cunho mais abrangente poderiam ocorrer, acelerando o panorama do debate ético-político em áreas como os sistemas de atendimento à saúde pública, mudanças climáticas ou poluição ambiental.

Além disso, a filosofia apresenta o potencial de trabalho em campos limítrofes do aconselhamento nos casos de conflito entre as ponderações que dizem respeito aos direitos humanos individuais e a intervenção do Estado em relação a eles; proteção e saúde coletiva em relação ao valor da liberdade,

questões que escapam à reflexão cotidiana do público ou mesmo dos profissionais de saúde imersos em suas rotinas. Deste modo, afirma o autor o intento de ajudar a pensar mais claro sobre o papel do Estado em proteger e promover a saúde (Wilson, 2021).

Doravante, apresentaremos a estrutura da obra. Sempre que necessário, procederemos à versão para o nosso idioma do texto original em língua inglesa. Este livro é dividido em três partes e onze capítulos. Sendo a introdução enumerada como um capítulo. Destacamos a seguinte citação acerca do conceito geral de bioética e das condições histórico-sociais que lhe foram condicionantes:

> Ética médica é um sub-ramo da ética, a qual se dirige a análise dos procedimentos médicos e aos cuidados de saúde. A ética médica em sentido moderno (e em sentido amplo a disciplina da bioética), surgiram nos Estados Unidos, no início da década de 1960. Os tipos de problemas éticos inicialmente tinham foco em questões abrangentes de mudança social das décadas de 1960 e 1970 (...). Discussões éticas de saúde pública foram negligenciadas pela literatura científica até a virada do milênio. Há uma longa história a ser contada, mas para esta presente proposta dois fatores são importantes. Primeiro, o nascimento da bioética coincide com um período de grande otimismo sobre o futuro da medicina (...). Segundo, as sociedades se tornaram mais individualistas e dispostas a mudar o modo tradicional para com a autoridade (...). A relação tradicional médico-paciente passou a ser questionada (...). A questão chave mudou com a defesa da autonomia do paciente ante ao poder e a expertise médica (Wilson, 2021, p. 12-13).

Vemos, na citação acima, questões que serão desenvolvidas e discutidas filosoficamente em relação às questões éticas emergentes, nos últimos anos, após o avanço global de quadros pandêmicos de várias naturezas. Deixando, ante as situações descritas, uma lacuna, ou hiato, no debate filosófico relativo aos temas médicos. Destacamos a controvérsia de partida na qual o contexto do liberalismo é confrontado ante a autoridade da medicina e do Estado como mediador das questões de saúde pública. Esta parte perfaz seu primeiro capítulo e levanta outras questões para a atualidade sanitária e epidemiológica global em diversos campos e aspectos, tais como: o aumento do sobrepeso ou obesidade, que em termos globais tem sido responsável por milhões de mortes. Observa-se, ainda, o quanto há diferenças marcantes entre países e classes

sociais no que diz respeito à distribuição dos recursos médicos e à maior incidência de patologias e morbidade ante estes grupos e regiões.

Após esta preleção inicial, o autor inicia a primeira grande seção de sua obra, que abordará do segundo ao quarto capítulo o tema "Filosofia para a Política Pública", iniciando por estudar a necessidade de valorização dos aspectos empíricos como parâmetro de evidência para o estabelecimento do que o autor denomina de "políticas baseadas em evidências" (Wilson, 2021, p. 28). Destaca que estas devem se valer de dados estatísticos, aos quais relaciona, de um lado, os aspectos internos de validação e, de outro, externos, oferecendo um primeiro princípio ético a ser considerado, nas palavras do autor: "um caminho a seguir" (Wilson, 2021, p. 37).

No terceiro capítulo, o assunto a ser desenvolvido é a validade interna e externa do raciocínio ético, no qual aprofunda o debate entre estes dois campos a serem considerados, para o estabelecimento de políticas e quadros de conduta em diálogo com os dados da realidade, para a construção de um raciocínio ético válido nestes casos de saúde pública.

O quarto capítulo aborda a questão da "ética para sistemas complexos", chamando a atenção para os múltiplos e fluidos fatores ou fenômenos em desenvolvimento, nestes casos, tendo em vista: a abordagem da totalidade e suas partes, o problema da ação envolvendo quadros em fluxo, isto é, que se encontram constantemente em situação de mudança. Enfatiza a necessidade de aproximação dos sistemas de saúde pública e suas políticas, a considerar estes panoramas mutáveis e sua eficiência performática ante sistemas complexos.

Na segunda parte da obra, com o título "Além da negligência do Estado: quadro teórico para a saúde pública", o autor, em seu quinto capítulo, aprofunda o debate em torno de três temas específicos: o paternalismo, a autonomia e o bem comum. Ou seja, reflete acerca de como conciliar paternalismo estatal ante as aspirações individuais por autonomia, tendo em vista o bem geral da sociedade. Conclui com uma frase emblemática, segundo a qual seria necessário "infringir liberdade em favor da saúde" (Wilson, 2021, p. 89). Percebemos, então, que o autor pende aos interesses coletivos, propondo repensar a autonomia dos sujeitos e as ações governamentais que podem

variar desde o "paternalismo" até as "formas coercitivas" (Wilson, 2021, p. 96-98). No balanço entre saúde pública e interesses minoritários, posiciona-se em favor da primeira.

O sexto capítulo estuda o tema da saúde pública como direito, tendo em vista uma visão ampliada na qual o autor incorpora o conceito de redução de riscos. Finaliza este capítulo com uma pergunta: "por que o direito à saúde pública é incompatível com a redução da liberdade?" (Wilson, 2021, p. 121). O sétimo capítulo tem como título também uma interrogação: "quais os riscos para a saúde pública são mais importantes?" (Wilson, 2021, p. 126). Levanta uma série de temas a serem considerados: prevenção, tratamento e resgate, prioridades, redução de danos, relação custo-benefício e parâmetros para medir reivindicações. Refletimos aqui sobre a dificuldade de elencar uma prioridade específica em face de realidades diversas em diferentes situações e países.

A terceira parte do livro tem como tema a "Justiça estrutural". Iniciando no oitavo capítulo, tendo como objeto a investigação filosófica do conceito ético de "responsabilidade", social e individual. O nono capítulo discute as questões pertinentes às "medidas e combate aos relatos de desigualdades na saúde" (Wilson, 2021, p. 186). Ressalta o autor o quanto estas assimetrias podem estar associadas a fatores estruturais abrangentes e relacionadas à dificuldade adicional dos "estigmas sociais envolvidos" (Wilson, 2021, p. 200).

O décimo capítulo, em nossa opinião, desenvolve uma das discussões mais originais deste livro, ao aproximar as questões de saúde pública do contexto epidemiológico, pensando estes temas em termos da perspectiva da "ecologia humana" (Wilson, 2021, p. 207). Nestes termos, propõe-se pensar em assuntos tais como: o uso correto de antibióticos, imunidade de rebanho, erradicação de doenças e vacinação obrigatória.

O capítulo final valoriza as lições advindas dos cenários pandêmicos no que diz respeito ao estabelecimento de protocolos éticos para as políticas públicas no campo da profilaxia coletiva. O autor conclui ao enfatizar dois aspectos importantes, decorrentes dos assuntos anteriormente expostos: (1) a proposição de uma metodologia filosófica baseada em critérios externos para sua validação e (2) a partir destes critérios, o estabelecimento de quadros

éticos aplicáveis à saúde pública; mesmo que estes sejam de cunho provisório, isto é, adaptáveis à improvisação, uma vez que os fenômenos aos quais se dirigem estão em constante alteração (Wilson, 2021, p. 236-342).

Entendemos este estudo como de relevância ímpar para os campos de uma filosofia aplicável aos campos das relações éticas e políticas públicas de saúde. A obra destaca o quanto o quadro teórico da bioética esteve em defasagem quando confrontamos o otimismo do período inicial de sua emergência com as estatísticas e fenômenos epidemiológicos globais verificados nas últimas décadas. Percebemos que a negligência do Estado moderno, em parte, pode ter sido efeito deste otimismo excessivo, que mascarou riscos que efetivamente se manifestaram, como no caso da pandemia de covid-19.

Esta obra ainda aborda uma série de temas secundários, tais como a elevação dos custos de saúde nos países desenvolvidos e o aumento de fatores favorecedores da morbidade que se manifestam também em escala de epidemias. James Wilson destaca a ocorrência da "interconexão sistêmica de fatores de risco" (Wilson, 2021, p. 17), tornando evidente o quanto questões de saúde coletiva são inerentemente complexas e ocorrem em quadros que constantemente se alteram. Embora não apresente respostas definitivas para todos os temas abordados, valorizamos o mérito do autor ao demonstrar quanto os desafios teóricos para a filosofia aplicada dependem da análise baseada em dados observados. O livro traz um novo fôlego aos temas candentes que afetam a saúde e a vida dos cidadãos do século XXI. No entanto, observamos que as abordagens desenvolvidas enfatizam as perspectivas da cultura anglo-saxã, negligenciando aspectos relativos ao tema em sociedades periféricas, tais como a América Latina e o Sul Global.

*Daniel da Rosa Eslabão é Doutor em Sociologia pela Universidade do Porto, Portugal. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Licenciado em Filosofia e Licenciado em Sociologia. Ex-bolsista CAPES (PPGFIL-UFPel) e Escritor.
Contato: sociologiabrasil@yahoo.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0399304781191201
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1866-2606

Recebido em: **27/11/2025**
Aprovado em: **10/06/2026**

Editor de texto: Paola Marlen Chaves Gonçalves
Editor-Chefe Discente: Sandro Adams

Como citar este texto: ESLABÃO, Daniel da Rosa. Filosofia para a saúde pública e políticas públicas. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 02, e1230635, 2026.